

Água vira “estatal”

CARLOS SILVA

Saneamento

IO BRAZILIENSE

Brasília, sábado, 28 de outubro de 1989 17

e poço pagará imposto

Os usuários de poços artesianos do DF precisarão de licença do GDF para mantê-los em funcionamento. A medida, que depende ainda de sanção do governador Joaquim Roriz, é fruto de projeto de lei do deputado Augusto Carvalho (PCB/DF), aprovado ontem no Senado e que levará a Caesb a criar uma nova taxa para a perfuração de poços e consumo de água encanada, provenientes do lençol freático.

A nova Constituição, no seu artigo 26, determina que a água subterrânea é um bem da União. O projeto do deputado leva o DF a ser o primeiro do País a regulamentar tal preceito. O presidente da Caesb, Ulisses Assad, afirmou ser favorável à medida, tendo previsto, inclusive, a criação de um novo departamento na empresa, para tratar do assunto. Informou que cadastrará todos os poços existentes na área urbana. Os proprietários das instalações já efetivadas terão prazo de 180 dias para obter licença do GDF, sob pena de sofrerem desativação.

ABASTECIMENTO

Augusto Carvalho enfatizou a necessidade de se disciplinar o uso múltiplo das águas no subso-

lo, destinadas ao abastecimento doméstico, irrigação, lazer e indústrias. A retirada descriteriosa, ele acrescentou, pode trazer sérios riscos à ecologia e à saúde da população. Lembrou que a lei visa, ainda, impedir um futuro desabastecimento dos mananciais, alimentados pelas águas subterrâneas.

“As licenças para o uso das águas superficiais precisam ser estendidas às águas subterrâneas, inclusive com a exigência de Rimas (Relatórios de Impacto Ambiental), quando assim determinarem condições excepcionais”, afirmou o deputado. Seus argumentos, no entanto, não convenceram os proprietários de perfuradoras, que se mostraram surpresos, ontem, com a aprovação da medida. “As firmas poderão fugir para Goiás, pois se sentirão prejudicadas”, previu Pedro Cândido Rodrigues, empresário.

Pedro Cândido, lembrando que um poço custa na faixa de NCz\$ 50 mil, teme a cobrança de novos tributos, que subiam repassados, consequentemente, à clientela. Agostinho Antônio de Castro, também empresário do setor, acha que já existe uma entidade “para cuidar disso”: a As-

sociação Brasileira de Águas Subterrâneas. Ele critica o trabalho atual de fiscalização na construção de poços artesianos. Maria Luzimar Nóbrega, proprietária de uma firma na cidade, julga o projeto de Augusto Carvalho “absurdo. O Código de Águas é mais inteligente. Isso deveria ficar a cargo do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral)”.

O ecólogo Benjamin Sicsu destaca como pontos fundamentais do projeto as licenças ambiental e de saúde pública.

De toda a água existente no mundo, conforme Benjamin, cinco por cento são rios e lagos, 25 por cento situam-se nas calotas polares ou geleiras e 60 por cento localizam-se no subsolo. Para se ter uma idéia perto de Brasília nasce o rio subterrâneo denominado Aquífero Botucatu, que passa por Minas Gerais, São Paulo e Paraná, com maior volume d'água que o rio Amazonas. “Isso porque não conhecemos quase nada a respeito dessa área”, comentou o ecólogo. Quanto aos poços artesianos, a Caesb tem 1 mil 300 cadastrados, mas o presidente da estatal acredita que existem mais de 3 mil.